

## RELATÓRIO

### Relatório de Atividades – 2023

Em atendimento à solicitação do Memorando nº 18/2025-NUAFP, consoante o disposto no art. 35, III, da Resolução 337/2023, combinado com o art. 64, III, do AMD nº 85/2024 (que trata da coleta dos Relatórios Anuais de Atividades das Frentes Parlamentares para Publicação)

### **FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA - CONSEG**

#### **Nome da Frente Parlamentar:**

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA - CONSEG

#### **Nome da Coordenação/ Diretoria/Gerência/Núcleo (se for o caso):**

Presidente: Deputada PAULA MORENO PARO BELMONTE, tendo a subscrição do Requerimento de Registro da Frente Parlamentar dos demais deputados: ROBÉRIO BANDEIRA DE NEGREIROS FILHO; JOÃO ALVES CARDOSO; EDUARDO WEYNE PEDROSA; JAQUELINE ANGELA DA SILVA; DAYSE AMARILIO DONETTS DINIZ; JANE KLEBIA DO NASCIMENTO SILVA REIS; THIAGO DE ARAÚJO MACIEIRA MANZONI.

#### **Nome do Responsável:**

Presidente: Deputada PAULA BELMONTE

#### **Cargo / Função:**

Deputada Distrital - Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Conselhos Comunitários de Segurança - CONSEG

#### **Quais atividades, ações, serviços, projetos ou programas estão relacionados à Defesa dos Conselhos Comunitários de Segurança - CONSEG?**

A **Frente Parlamentar em Defesa dos Conselhos Comunitários de Segurança – CONSEG** é uma associação suprapartidária, de natureza não governamental, constituída no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal e integrada por um terço dos deputados distritais, nos termos da Resolução nº 255, de 2 de fevereiro de 2012.

Por meio do **Requerimento nº 42/2023**, e sobre a coordenação da Deputada Paula Belmonte, foi requerido o registro da Frente Parlamentar em Defesa dos Conselhos Comunitários de Segurança – CONSEG, cujo extrato correspondente foi publicado no DCL nº 31, de 03/02/2023, página 343.

O registro da Frente Parlamentar tem por finalidade promover e acompanhar atividades legislativas, dentre outras ações, visando estabelecer um foro permanente de debates durante esta legislatura, com o objetivo de debater e promover melhorias em defesa dos Conselhos Comunitários de Segurança do Distrito Federal, além de incentivar e apoiar a construção de políticas públicas que garantam mais segurança à população do Distrito Federal.

Convém ressaltar que os CONSEGs devem ter um caráter não partidário, sem membros que exerçam cargos públicos eletivos ou liderança político partidária. O seu objetivo precípua é reduzir a criminalidade e os acidentes, além de aumentar a sensação de segurança da comunidade.

#### **Finalidades da Frente Parlamentar, segundo o seu Estatuto:**

- I - integrar a comunidade com as autoridades policiais, cooperando com as ações e estratégias integradas de segurança pública, que resultem na melhoria da qualidade de vida da população e na valorização dos integrantes dos órgãos de segurança;
- II - canalizar as aspirações e os anseios da comunidade e propor às autoridades policiais e públicas locais as definições de prioridades;
- III - articular a comunidade para prevenção e solução de problemas ambientais e sociais;
- IV - estimular o espírito cívico e comunitário na comunidade;
- V - promover e implantar programas de orientação e divulgação de ações de autodefesa às comunidades, inclusive estabelecendo parcerias, visando projetos e campanhas educativas de interesse da segurança pública;
- VI - promover eventos que fortaleçam os vínculos da comunidade com sua polícia;
- VII - colaborar com iniciativas de outros órgãos que visem o bem-estar da comunidade e ações de Defesa Civil;
- VIII - encaminhar coletivamente denúncias e queixas às autoridades competentes;

- IX - colaborar para a interação das unidades policiais, com vistas ao saneamento dos problemas comunitários;
- X - desenvolver e implantar sistemas para coleta, análise e utilização de avaliação dos serviços atendidos pelos órgãos policiais, bem como reclamações e sugestões do público;
- XI - funcionar como fórum para prestação de contas por parte da polícia quanto a sua atuação local;
- XII - estudar, discutir e elaborar sugestões e encaminhamentos para as políticas públicas de segurança;
- XIII - realizar estudos e pesquisas com o fim de proporcionar o aumento da segurança na comunidade e maior eficiência dos órgãos integrantes da segurança pública e defesa social, inclusive mediante convênios ou parcerias com instituições públicas e privadas; e
- XIV - reconhecer, apoiar e motivar as boas ações realizadas pela polícia e demais órgãos de segurança do poder público.

#### **Competência da Frente Parlamentar:**

Compete à Frente Parlamentar realizar trabalhos, pesquisas, estudos, conferências, seminários, consultas públicas, audiências públicas, palestras, debates e outros eventos relacionados a sua temática, bem como tomar providências no sentido de:

- I - promover e fortalecer as questões direcionadas aos objetivos da frente parlamentar proposta, por meio do acompanhamento e fiscalização dos programas e das políticas públicas governamentais;
- II - defender ações complementares para o segmento;
- III - acompanhar, discutir e sugerir proposições legislativas correlatas aos interesses do segmento dentre outras ações; e
- IV - garantir ampla participação da comunidade nas discussões e encaminhamentos debatidos.

#### **Publicações recentes:**

Em 17/10/2023, na Sessão Ordinária, foi feita a Leitura da **INDICAÇÃO nº 3692/2023**, de autoria da Deputada Paula Belmonte, por meio da qual “sugere ao Governador do Distrito Federal a divulgação de campanhas publicitárias sobre a importância da eleição das Diretorias dos Conselhos Comunitários de Segurança no Distrito Federal, bem como o envio de proposição que trate sobre a organização e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Segurança, observando os princípios constitucionais da prioridade absoluta, da proteção integral, da descentralização político-administrativa e da participação popular”.

No âmbito da Secretaria de Segurança Pública, há a Portaria SSP/DF nº 19, de 07/04/2009, que institui o novo símbolo dos Conselhos Comunitários de Segurança do Distrito Federal e dá outras providências.

Ocorre, porém, que tal Portaria foi revogada, em 2024.

Além do referido Ato, o Decreto nº 39.919, de 26/06/2019 também disciplina matéria relativa aos CONSEG's, instituindo, no Distrito Federal, os Conselhos Comunitários de Segurança – CONSEG, e regulando o assunto de forma mais detalhada.

#### **Proposições em trâmite:**

Em 2023, não se verifica registro de proposições em tramitação, concernentes à matéria.

#### **Sessão Solene, com entrega de Moções de Louvor, ou Audiência Pública:**

No ano de 2023, não houve registros de eventos pertinentes a essa temática, no que dizem respeito às sessões solenes ou audiências públicas.

#### **Orçamento:**

Não há registro para esse fim específico, na Peça Orçamentária do Distrito Federal para 2023, que diz respeito à consignação de recursos orçamentários para despesas com os CONSEGs.

#### **Produto resultante das ações desenvolvidas:**

Não foram detectadas ações específicas relacionadas às atividades da Frente Parlamentar, objeto desta análise.

Brasília, 11 de março de 2025.

**PAULA BELMONTE**

*Deputada Distrital - CIDADANIA/DF*



Documento assinado eletronicamente por **PAULA MORENO PARO BELMONTE - Matr. 00169, Deputado(a) Distrital**, em 21/05/2025, às 11:19, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
Código Verificador: **2045808** Código CRC: **CEB53FD1**.